

S.A. “O ESTADO DE S. PAULO”

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020**

S.A. “O ESTADO DE S. PAULO”

**Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balanços patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e acionistas da
S.A. “O Estado de S. Paulo”
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da **S.A. “O Estado de S. Paulo” (“Companhia”)**, identificadas como consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da **S.A. “O Estado de S. Paulo”** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos registrados pela Companhia, totalizava R\$ 80.502 mil, consolidado, os quais encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis consolidadas, juntamente com a informação de que a Administração da Companhia considera que essa estimativa envolve a necessidade de julgamento contábil crítico em relação ao reconhecimento contábil desses ativos e suas futuras realizações.

Esse item foi considerado como um principal assunto de auditoria, tendo em vista que o processo de estimativa de realização desses tributos é complexo e envolve a utilização de diversas premissas para se estimar o montante e o correspondente ano fiscal no qual os referidos tributos diferidos serão realizados no curso normal das operações. Essas estimativas estão apoiadas na realização de estudos de projeção de rentabilidade futura, preparados pela Administração, os quais incluem previsões de condições futuras de mercado e de negócios, relacionados ao ambiente de negócios em que atua, que possibilitarão a realização desses tributos diferidos nos próximos exercícios.

Provisão para contingências

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20(a), a Companhia é parte envolvida em diversos processos tributários, cíveis e lei de imprensa e trabalhistas que totalizam R\$ 21.592 mil, avaliadas como perda provável. Focamos nesse assunto devido à relevância dos montantes envolvidos, do grau de julgamento envolvido por parte da Administração e seus consultores jurídicos na determinação se uma provisão deve ser registrada, além da complexidade e quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvida. Adicionalmente, há o risco de que mudanças na avaliação da probabilidade de perda nos processos tributários não sejam identificadas de forma tempestiva e, conseqüentemente, não sejam refletidas nas demonstrações contábeis.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A revisão das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração;
- A consistência das projeções de rentabilidade futura preparadas pela Administração com os dados históricos de estimativas passadas e, também, com as efetivas realizações das mesmas. Adicionalmente, avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia quando da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura;
- Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a estimativa de realização dos tributos diferidos incluídas na Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as estimativas de realização dos tributos diferidos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está razoável com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de realização dos tributos diferidos, assim como as divulgações na Nota Explicativa nº 11, são razoáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Analisamos a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos sobre as contingências avaliadas como perda provável.
- Adicionalmente, enviamos cartas de confirmação aos consultores jurídicos externos e comparamos as posições por eles informadas sobre as avaliações da possibilidade de perda destas causas com as posições informadas pela Administração;
- Adicionalmente, avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para contingências, consideramos aceitáveis as provisões registradas bem como as divulgações dos passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Apresentação de valores correspondentes a exercícios anteriores

Em 13 de março de 2020, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.2 (c), o balanço patrimonial e o patrimônio líquido foram alterados e estão sendo reapresentados para refletir a correção de erro descrito na referida nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Demonstrações contábeis individuais

A Administração da Companhia efetuará a elaboração das demonstrações contábeis individuais separadamente, para fins de adequacidade em relação à exigência do artigo 275 da Lei nº 6.404/76.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

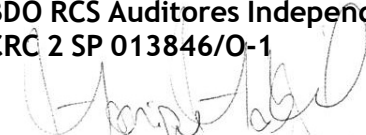
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1



Henrique Herbel de Melo Campos
Contador CRC 1 SP 181015/O-3



Luiz Fernandes Carvalho Tenório
Contador CRC 1 SP 264072/O-9

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Balanços patrimoniais consolidados

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

Ativo	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Passivo e patrimônio líquido	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6</u>	26.923	16.994	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	12.522	22.800
Contas a receber	<u>8</u>	24.476	24.719	Debêntures	<u>15</u>	2.874	19.667
Estoques	<u>9</u>	6.345	6.472	Fornecedores	<u>16</u>	27.153	26.116
Partes relacionadas	<u>19</u>	1.347	3.038	Obrigações trabalhistas	<u>17</u>	23.003	21.382
Impostos a recuperar	<u>10</u>	1.295	9.412	Contas a pagar e outros		5.748	4.113
Despesas e comissões antecipadas		2.405	1.295	Adiantamentos de clientes	<u>21</u>	17.236	37.865
Outras contas a receber		1.163	1.268	Partes relacionadas	<u>19</u>	63.688	38.683
Ativo mantido para venda		-	4.100	Obrigação pós emprego	<u>23(b)</u>	2.117	1.229
Total circulante		63.954	67.298	Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	11	11
				Imposto de renda e contribuição social a pagar		8.746	4.499
				Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	16.202	11.731
				Total circulante		179.300	188.096
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	<u>19</u>	1.600	760	Empréstimos e financiamentos	<u>14</u>	7.425	-
Depósitos judiciais	<u>20(d)</u>	14.367	18.778	Debêntures	<u>15</u>	28.409	29.141
Impostos a recuperar	<u>10</u>	6.010	1.547	Provisão para contingências	<u>20(a)</u>	5.390	5.915
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11</u>	80.502	69.861	Programa de parcelamento fiscal	<u>18</u>	-	63
Outras contas a receber		551	535	Obrigação pós emprego	<u>23(b)</u>	11.657	13.449
		103.030	91.481	Outras provisões e obrigações		6.393	4.569
				Total não circulante		59.274	53.137
				Total do passivo		238.574	241.233
Investimentos		2.513	3.225	Patrimônio Líquido			
Imobilizado	<u>12</u>	23.045	26.132	Capital social	<u>22</u>	39.282	24.178
Intangível	<u>13</u>	11.617	10.222	Prejuízos acumulados		(73.763)	(67.399)
				Outros resultados abrangentes	<u>23(b)</u>	66	346
Total não circulante		140.205	131.060	Total do patrimônio líquido		(34.415)	(42.875)
Total do ativo		204.159	198.358	Total do passivo e patrimônio líquido		204.159	198.358

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstração do resultado consolidada

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	<u>24</u>	310.272	368.463
Custos das vendas e serviços prestados	<u>25</u>	(148.619)	(176.814)
Lucro bruto		161.653	191.649
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	<u>25</u>	(141.994)	(153.301)
Administrativas	<u>25</u>	(48.487)	(50.061)
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>25</u>	31.026	13.431
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.198	1.718
Receitas financeiras	<u>26</u>	793	4.707
Despesas financeiras	<u>26</u>	(8.552)	(12.501)
Variações monetárias e cambiais	<u>26</u>	(4.132)	(225)
Resultado financeiro líquido		(11.891)	(8.019)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.693)	(6.301)
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>11(a)</u>	(7.210)	(3.403)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>11(a)</u>	10.511	5.565
Prejuízo do exercício		(6.392)	(4.139)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstração do resultado abrangente consolidada

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.392)</u>	<u>(4.139)</u>
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes:			
Perda atuarial com benefícios de aposentadoria, líquido de impostos	<u>23(b)</u>	<u>(252)</u>	<u>(326)</u>
Total do resultado abrangente para o exercício, líquido dos efeitos tributários		<u><u>(6.644)</u></u>	<u><u>(4.465)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S. Paulo"
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

			Reservas de lucros			
	Notas	Capital social	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2019, conforme originalmente apresentado		24.178	4.836	672	(62.811)	(33.125)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	(5.285)	(5.285)
Saldo de abertura ajustado		24.178	4.836	672	(68.096)	(38.410)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.139)	(4.139)
Perda atuarial	<u>23(b)</u>	-	-	(326)	-	(326)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	(326)	(4.139)	(4.465)
Em 31 de dezembro de 2019		24.178	4.836	346	(72.235)	(42.875)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(6.392)	(6.392)
Perda atuarial	<u>23(b)</u>	-	-	(252)	-	(252)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos		-	-	(252)	(6.392)	(6.644)
Aumento de capital		15.104	-	-	-	15.104
Destinação para prejuízos acumulados		-	-	(28)	28	-
Em 31 de dezembro de 2020		<u>39.282</u>	<u>4.836</u>	<u>66</u>	<u>(78.599)</u>	<u>(34.415)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

S.A. "O Estado de S. Paulo"

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(9.693)	(6.301)
Ajustes		
Depreciações e amortizações	10.456	10.562
Juros e variações monetárias de empréstimos e debêntures	7.090	9.109
Variações monetárias de contingências	511	(583)
Variações monetárias do programa de parcelamento fiscal	1	2
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa	1.341	(1.530)
Receitas de permutas	(7.462)	(8.868)
Despesas de permutas	6.198	5.519
Valor residual do ativo imobilizado baixado	1.750	4.099
Resultado na venda de participação societária	-	711
Participação no resultado de <i>joint venture</i>	2.537	1.639
Provisão para contingências	5.925	2.421
Outras obrigações	880	1.252
	29.227	24.333
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	6.364	12.904
Estoques	127	9.982
Impostos a recuperar	3.653	(2.878)
Despesas e comissões antecipadas	(1.110)	(21)
Outras contas a receber	90	873
Partes relacionadas	25.857	7.083
Depósitos judiciais	4.411	1.727
Fornecedores	(5.161)	(21.486)
Obrigações trabalhistas	1.623	413
Adiantamentos de clientes	(20.629)	14.970
Contingências	(2.490)	(4.432)
Outras contas a pagar	(405)	57
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.093)	(957)
	9.237	18.235
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.771	36.267
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado e de intangível, inclusive capitalizados	(6.414)	(7.422)
Integralização de capital	15.104	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	8.690	(7.422)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de empréstimos e debêntures	40.170	25.085
Amortização de empréstimos e debêntures	(67.638)	(57.288)
Programa de parcelamento fiscal	(64)	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(27.532)	(32.269)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	9.929	(3.424)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.994	20.418
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	26.923	16.994
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	9.929	(3.424)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

1. Contexto operacional

A S.A. "O Estado de S. Paulo" (a "Companhia") e suas controladas, Rádio Eldorado Ltda., OESP Mídia e Transportes S.A. e as controladas em conjunto App Media S.A, São Paulo Distribuição e Logística Ltda. e Genial Corretora de Seguros S.A. (conjuntamente, "o Grupo") atuam em diversos canais de difusão jornalística, multimídias e no provimento de serviços de informações.

A S.A. "O Estado de S. Paulo" foi fundada em 1875, tendo como atividade principal a publicação, a edição e a impressão do jornal "O Estado de S. Paulo", bem como o *site* estadao.com.br.

A OESP Mídia e Transportes S.A. ("OESP Mídia"), constituída em 1989, tem como atividades a edição musical, a comercialização de discos fonográficos, a arrecadação de direitos autorais, serviços de internet e serviços de transportes.

A Rádio Eldorado Ltda. ("Rádio"), com sede em São Paulo, foi fundada em 30 de abril de 1949, tendo como objeto social a execução de serviços de radiodifusão em geral, sons e imagens (televisão).

A App Media S.A. ("APP"), adquirida em junho de 2015 pela Companhia, tem como objeto social a criação, o planejamento e a produção de serviços de marketing em aparelhos de comunicação móvel.

A São Paulo Distribuição e Logística Ltda. ("SPDL") tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de gerenciamento de logística para distribuição de jornais e produtos editoriais em todo o território nacional.

A Genial Corretora de Seguros S.A. ("Genial") adquirida em setembro de 2016 pelo Grupo, tem como objeto social a corretagem de seguros dos ramos vida, seguros corporativos e empresariais, capitalização, planos previdenciários e saúde. Em 2019, houve a venda/cisão desta participação por meio da cessão de seus recebíveis para a controlada OESP Mídia e Transportes S.A.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2021.

1.1. Continuidade operacional

Em 2020 o Grupo intensificou seu projeto de transformação digital, chamado de Estadão 3.0, que levou a uma ampla revisão do processo de produção e entrega de conteúdo que passa a ser prioritariamente centrado no leitor, levando a uma experiência diferenciada no consumo de notícias nas mais variadas plataformas do Grupo.

Em função das transformações em andamento, dos investimentos necessários e dos efeitos causados pela pandemia do covid-19, os resultados têm apresentado ainda prejuízos. Há projeção de retomada do crescimento no curto e médio prazo com recuperação da rentabilidade dos produtos atuais, crescimento exponencial em algumas unidades geradoras de receita e também através do desenvolvimento de novos produtos voltados para o mercado digital.

A Administração do Grupo tem realizado todo seu planejamento e ações visando a perenidade de seus negócios, dessa forma avalia que possui condições de disponibilizar todos os recursos para continuidade de suas operações. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional do Grupo e suas controladas, sendo assim as demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

1.2. Gestão da pandemia - Covid19

O Grupo, ciente da gravidade e dos efeitos da pandemia do Coronavírus, mediante confirmação da chegada do vírus ao país, organizou a partir de março/20 grupos de trabalho em diversos níveis para propor e implementar ações preventivas em três vertentes: pessoas, operações e fluxo de caixa.

Objetivando a proteção de seu pessoal, foram criadas medidas e protocolos para preservação da saúde de seus funcionários e colaboradores, como o afastamento imediato ou colocação de pessoas em sistema de trabalho home office, distribuição de equipamentos e material de proteção, incremento de protocolos de limpeza e higienização, criação de canais de informação e criação de protocolos específicos para infectados ou pessoas que tiverem contato com possíveis infectados (quarentena de 14 dias).

Operacionalmente, todas as atividades das empresas do Grupo estão em pleno funcionamento, com adoção de medidas preventivas e mitigadoras de riscos. 90% das equipes estão em home office desde a segunda quinzena de março, e nas instalações da empresa funcionam apenas as atividades gráficas e parte da operação da Rádio.

No viés financeiro, os impactos nas receitas foram monitorados com rigor, e foram adotadas medidas para preservação do caixa da empresa, tais como: (i) a redução de despesas fixas para todas as áreas, (ii) renegociação ou postergação de contratos, (iii) corte em investimentos programados que não envolvam segurança operacional ou geração de receitas de curto prazo, (iv) redução das despesas com salários (suspensão de contratos e redução de jornada e salários em 25% em média para todos os níveis, nos termos da Medida Provisória 936).

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de apresentação

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações contábeis consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por meio de resoluções por meio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Consolidação

(a) Demonstrações contábeis consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno de variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto (*joint venture*)

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre suas atividades econômicas e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas às atividades exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os investimentos em *joint venture* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(a) Empresas incluídas as demonstrações contábeis consolidadas

As empresas incluídas nessa demonstração contábil estão demonstradas a seguir:

Empresa	Atividade	Domicílio	Participação no consolidado - %(direta e indireta)	
S.A. "O Estado de S. Paulo"	Publicação e edição de jornais	Brasil	100	
OESP Mídia e Transportes S.A.	Direitos autorais, publicidade, internet e transportes	Brasil	100	
Rádio Eldorado Ltda.	Serviços de radiofusão, sons e imagens	Brasil	100	
APP Media S.A.	Serviço de marketing em dispositivos móveis	Brasil	45	(i)
São Paulo Distribuição e Logística Ltda.	Distribuição	Brasil	50	(i)
Genial Corretora de Seguros S.A.	Seguros	Brasil	50	(i)

(i) Contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

(b) Novas normas, alterações e interpretações

Durante o exercício de 2020 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2020:

CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual/Framework - Revisão de conceitos e esclarecimentos;

CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Efeitos de COVID-19 nos contratos impactados;

CP 15 (R1) - Combinação de Negócios - Definição de "Negócios";

CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro - Definição do conceito de "Material"

CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Definição do conceito de "Material"

CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação - Taxa de juros de referência em hedge; e

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Taxa de juros de referência em hedge.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto a sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB - International Accounting Standards (IASB) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

IAS 1 - Presentation of Financial Statements - Definições na classificação de passivos circulantes e não circulantes; e

IFRS 17 - Insurance Contracts - Normas aplicáveis para seguradoras.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, na medida que os normativos estiverem regulamentados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(c) Reapresentação de saldos comparativos

A identificação de ajustes de exercícios anteriores impactou as demonstrações contábeis, requerendo a reapresentação de saldos.

Em 2020, a Administração revisou os critérios contábeis dos depósitos judiciais e identificou ajustes de exercícios anteriores. O efeito negativo líquido é de R\$ 5.285 nas rubricas de depósitos judiciais, imposto de renda e contribuição social diferidos e imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

2.4.1. Instrumentos financeiros - Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em basicamente duas categorias: ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, conforme demonstramos a seguir:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos desta categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no período em que ocorrem.

(b) Ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são mensurados pelo método do custo amortizado. A opção da Companhia de classificar um passivo pelo valor justo somente pode ser realizada quando atender as definições de passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado e, consequentemente, proporcione informação contábil mais relevante a respeito da posição patrimonial e financeira da Companhia. Uma vez adotada a opção de mensurar os passivos pelo valor justo, a Companhia deve adotá-la de forma consistente, não podendo retornar ao método do custo amortizado.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3. *Impairment* de ativos financeiros- ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhora na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de publicidade de anúncios, vendas de jornais em bancas, venda de assinaturas e serviços de internet no decurso normal das atividades das empresas da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.6. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, inferior ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis.

2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.8. Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	25
Equipamentos eletrônicos	5
Equipamentos e instalações	7
Veículos	5
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9. Intangível

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Esses ativos não são amortizados.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento de *softwares*, sistemas ou portais (*sites*), que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* ou sistemas identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* ou sistema para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* ou sistema e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* ou sistema pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* ou sistema gerarão benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software* ou sistema.
- O gasto atribuível ao *software* ou sistema durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software* ou sistema, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software* ou sistema.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* ou sistemas reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10. Arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.11. *Impairment* de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda (*impairment*) ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os principais ativos (imóveis, rotativos e intangíveis) foram avaliados e apresentaram valor contábil inferior ao valor de realização, portanto não requerem nenhum tipo de ajuste.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Nesse caso, a provisão é registrada sempre que uma estimativa confiável do valor possa ser computada.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos; e (c) obrigações legais são registradas como passivos.

2.14. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

2.15. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria-contribuição definida

As empresas da Companhia participam de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual as empresas fazem contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

Para o plano de contribuição definida ("Oesprev"), as empresas pagam contribuições à entidade fechada de previdência privada, MultiPensions Bradesco - Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(b) Obrigações de aposentadoria -benefício definido

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando a tábua AT-2000. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela administração e contabilizadas em contas de despesas com salários no resultado do exercício.

2.16. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita e os custos associados de vendas quando os produtos são entregues aos clientes, quando os serviços são prestados ou quando os riscos e benefícios associados são transferidos. A receita é registrada pelo valor líquido de vendas (após deduções de impostos, descontos e devoluções).

A Companhia efetua operações de permutas de publicidade e sobre tais operações foi aplicado o conceito de valor justo para cada contrato.

(a) Venda de produtos e serviços

O resultado é reconhecido pelo regime de competência. As receitas de vendas e de serviços e os correspondentes custos são registrados como segue: (i) a receita com publicidade é reconhecida quando da publicação de anúncios; (ii) a receita relacionada às vendas de jornais em bancas é reconhecida quando os jornais são vendidos aos leitores; (iii) a receita com assinaturas, referente a valores recebidos antecipadamente, é reconhecida de acordo com a entrega dos exemplares; e (iv) as demais vendas de produtos e de serviços são reconhecidas quando da entrega dos produtos ou da efetiva prestação dos serviços aos clientes.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

2.17. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são substancialmente baseados em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis nas demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais. Se a Companhia operar com prejuízo ou não for capaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou no período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa do saldo de impostos diferidos ativo registrado, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva desses impostos.

(b) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa

A provisão para redução ao valor recuperável destes créditos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas em sua realização. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas por departamento responsável e, de acordo com o estágio da cobrança, é estimado um montante de provisão a ser constituída, que pode representar um percentual do título de acordo com o histórico ou a sua totalidade.

(c) Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

A Companhia gerencia seus recursos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável. O objetivo é buscar a redução da volatilidade do fluxo de caixa por meio do gerenciamento de risco que orienta em relação à diversificação das transações, condições de mercado, taxa de juros e capacidade de liquidez. A gestão dos recursos financeiros e nível de endividamento é determinada por meio de norma interna que estabelece as estratégias de gerenciamento de riscos, de proteção do caixa e patrimonial.

A Companhia não tem a prática de efetuar operações especulativas que utilizam instrumentos derivativos. Os procedimentos de controles internos da Companhia proporcionam o acompanhamento de forma combinada dos resultados financeiros e dos impactos no fluxo de caixa. Os principais parâmetros utilizados para o gerenciamento da capacidade de liquidez e endividamento são: volatilidade do fluxo de caixa, preços praticados na venda de produtos e serviços e flutuações na taxa de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A maior parte das vendas da Companhia é denominada em reais e com parte dos seus custos e despesas também em reais. Entretanto, o custo do papel jornal é denominado em dólar norte-americano e em alguns casos em euro, causando uma variação cambial de moedas.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela administração. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de endividamento e liquidez.

Políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de passivos indexados às respectivas moedas na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2020	2019
Passivos em moeda estrangeira	4.397	6.475

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não possui ativos significativos em que incidam juros fixos, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(iii) Risco do preço de *commodities*

Este risco está relacionado com a possibilidade de oscilação no preço do papel jornal, matéria-prima dos jornais, que são considerados *commodities*. Os preços flutuam em função da demanda, da capacidade produtiva, das estratégias comerciais dos grandes produtores florestais, dos produtores de papel e da disponibilidade de substitutos.

Este risco é abordado de distintas maneiras. A Companhia conta com equipe especializada, que efetua o monitoramento tempestivo do preço do papel jornal e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções, de modo a auxiliar na tomada de medidas preventivas para enfrentar da melhor maneira possível os distintos cenários. Para essa *commodity* não existem operações derivativas de proteção disponíveis no mercado suficientes para mitigar o risco da totalidade das operações da Companhia.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com contrapartes, para as quais apresentamos os *ratings* divulgados ao mercado (Nota7).

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para perda do saldo a receber de clientes, sempre que necessário (Nota 8).

Nenhum cliente detém, isoladamente, mais de 10% do saldo total de contas a receber de qualquer uma das empresas incluídas nessas demonstrações contábeis.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é gerido pelo grupo de tesouraria. O grupo de tesouraria investe o excesso de caixa em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa passivos financeiros não derivativos a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.905	18.727	21.167
Fornecedores e contas a pagar	32.901	-	-
	51.806	18.727	21.167
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	47.040	21.895	10.348
Fornecedores e contas a pagar	30.229	-	-
	77.269	21.895	10.348

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados diretamente com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações.

4.2. Demonstrativo da análise de sensibilidade

A tabela a seguir mostra a sensibilidade das principais dívidas e aplicações da Companhia:

Dívidas e aplicações	Premissas	Cenários			
		Aumento		Redução	
		25%	50%	25%	50%
Fornecedores	USD de 31 de dezembro de 2020 - R\$ 5,1967	(312)	(623)	312	623
Financiamento de importação	USD de 31 de dezembro de 2020 - R\$ 5,1967	(414)	(828)	414	828
Empréstimos e debêntures	CDI em 31 de dezembro de 2020 - 1,90	(104)	(209)	104	209
Aplicações financeiras	CDI em 31 de dezembro de 2020 - 1,90	5	9	(5)	(9)
Total do impacto estimado no resultado		<u>(825)</u>	<u>(1.651)</u>	<u>825</u>	<u>1.651</u>

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma a obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

(a) Alavancagem financeira

	2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.230	71.608
Menos - Caixa e equivalentes de caixa	(26.923)	(16.994)
Dívida líquida	<u>24.307</u>	<u>54.614</u>

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2020	2019
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	26.923	16.994
Contas a receber	24.476	24.719
	51.399	41.713
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	51.108	71.608
Fornecedores e contas a pagar	32.901	30.229
	84.009	101.837
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Operações com derivativos	122	-
	122	-

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	25.462	15.659
Aplicações financeiras	1.461	1.335
	26.923	16.994

As aplicações financeiras possuem rendimento médio de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e liquidez imediata.

7. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Em relação à qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de *rating* (Moody's, Fitch e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2020	2019
Contracorrente e aplicações financeiras		
AAA (bra)	25.991	16.471
A+(bra)	508	2
AA(bra)	202	493
AA	5	-
Caixa	217	28
	26.923	16.994

8. Contas a receber

	2020	2019
Contas a receber de clientes	39.844	38.877
(-) Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(15.368)	(14.158)
Parcela circulante	24.476	24.719

	2020	2019
A vencer	17.337	11.884
Até três meses vencidos	2.254	10.680
Acima de três meses vencidos	20.253	16.313
	39.844	38.877

As movimentações na provisão para perda de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2020	2019
Em 1º de janeiro	14.158	13.210
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	1.341	1.530
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(131)	(582)
Em 31 de dezembro	15.368	14.158

São considerados integralmente na provisão os títulos com vencimento acima de 90 dias, para os vencimentos inferiores e a vencer utiliza-se o percentual de perda histórica. Para clientes órgãos públicos o prazo é de 180 dias e 210 para clientes no exterior.

9. Estoques

	2020	2019
Matérias-primas	5.432	5.019
Importação em trânsito	487	1.053
Outros materiais	426	400
	6.345	6.472

10. Impostos a recuperar

	2020	2019
IRPJ e CSLL - retidos na fonte	4.179	4.231
PIS e COFINS	1.178	1.327
INSS	500	3.953
IPI e outros	1.448	1.448
	7.305	10.959
Parcela não circulante	6.010	1.547
Parcela circulante	1.295	9.412

11. Impostos diferidos

As empresas utilizam a sistemática do lucro real e calculam e registram seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de prejuízos fiscais, de base negativa da contribuição social e de diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis até o momento da sua efetiva realização.

A realização dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias depende da realização das provisões e de outras diferenças temporárias, sem período definido.

Em 31 de dezembro de 2020, as empresas OESP Mídia e Transportes S.A. e Rádio Eldorado Ltda. possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro, não registrados, que somados às diferenças temporárias, correspondiam a créditos tributários potenciais de R\$ 31.719 (2019 - R\$ 33.739). Esses créditos estão sendo controlados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) de cada uma das empresas e não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis pelo fato dessas empresas não apresentarem histórico de lucro tributável como também perspectiva de realização.

(a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(9.693)	(6.301)
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal - 34%	3.296	2.142
Demonstrativo da origem da despesa de imposto de renda efetiva		
Efeito relativo aos juros sobre o capital próprio	-	(43)
Equivalência patrimonial	5.873	2.826
Diferenças permanentes	(5.868)	(2.763)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	3.301	2.162
Corrente	(7.210)	(3.403)
Diferido	10.511	5.565

S.A. "O Estado de S. Paulo"
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
	<u>3.301</u>	<u>2.162</u>
Taxa efetiva - %	<u>34</u>	<u>35</u>

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2020	2019
Prejuízos fiscais de imposto de renda	38.616	30.558
Bases negativas de contribuição social	19.829	16.941
Diferenças temporárias		
Provisão para contingências	7.579	6.777
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	5.852	5.562
Outras provisões temporárias	<u>8.626</u>	<u>10.023</u>
	<u>80.502</u>	<u>69.861</u>

(c) Movimentação dos impostos diferidos

	2020	2019
Em 1º de janeiro	69.861	63.957
Efeito nas variações:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	10.946	5.994
Variação diferenças temporárias	<u>(305)</u>	<u>(90)</u>
Em 31 de dezembro	<u>80.502</u>	<u>69.861</u>

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social e às diferenças temporárias ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir, baseado nas projeções da Administração de lucros tributáveis futuros:

	2020	2019
2021		8.710
2022	1.648	8.944
2023	8.078	12.614
2024	13.469	39.593
2025	22.335	
A partir 2026	<u>34.972</u>	
	<u>80.502</u>	<u>69.861</u>

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Imobilizado

	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos Eletrônicos	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Imobilizado em operação	Obras em andamento (**)	Total do imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40	614	1.121	21.714	4.637	775	28.901	1.083	29.984
Aquisição	-	1.577	265	1.735	864	25	4.466	1.605	6.071
Baixas	-	(669)	(18)	(403)	(3.006)	(3)	(4.099)	-	(4.099)
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-	(1.003)	(1.003)
Depreciação	-	(59)	(453)	(3.291)	(861)	(157)	(4.821)	-	(4.821)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40	1.463	915	19.755	1.634	640	24.447	1.685	26.132
Custo total	40	1.874	87.465	218.904	4.467	12.374	325.124	1.685	326.809
Depreciação acumulada	-	(411)	(86.550)	(199.149)	(2.833)	(11.734)	(300.677)	-	(300.677)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	40	1.463	915	19.755	1.634	640	24.447	1.685	26.132
Aquisição	-	94	366	1.100	1.900	2	3.462	1.719	5.181
Baixas	-	-	-	-	(1.750)	-	(1.750)	-	(1.750)
Transferências (*)	-	-	-	(8)	-	8	-	(1.434)	(1.434)
Depreciação	-	(69)	(411)	(3.649)	(813)	(142)	(5.084)	-	(5.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	40	1.488	870	17.198	971	508	21.075	1.970	23.045
Custo total	40	1.968	87.896	220.419	4.466	12.271	327.060	1.970	329.030
Depreciação acumulada	-	(480)	(87.026)	(203.221)	(3.495)	(11.763)	(305.985)	-	(305.985)
Valor residual	40	1.488	870	17.198	971	508	21.075	1.970	23.045

(*) Inclui transferências entre imobilizado e intangível.

(**) As Obras em andamento correspondem a projetos ainda em fase de execução.

13. Intangível

	Marcas, patentes e outros	Softwares	Desenvolvimento e implementação de sistemas	Desenvolvimento e implementação de portais (sites)	Total do intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2018	653	540	10.294	2.122	13.609

S.A. "O Estado de S.Paulo"

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aquisição	697	20	269	365	1.351
Transferências (*)	-	-	1.095	(92)	1.003
Amortização	(162)	(54)	(4.126)	(1.399)	(5.741)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188	506	7.532	996	10.222
Custo total	1.350	4.604	47.939	21.660	75.553
Amortização acumulada	(162)	(4.098)	(40.407)	(20.664)	(65.331)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.188	506	7.532	996	10.222
Aquisição	-	-	964	269	1.233
Transferências (*)	4.100	-	992	442	5.534
Amortização	(156)	(50)	(4.211)	(955)	(5.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.132	456	5.277	752	11.617
Custo total	5.450	4.604	49.895	22.371	82.320
Amortização acumulada	(318)	(4.148)	(44.618)	(21.619)	(70.703)
Valor residual	5.132	456	5.277	752	11.617

(*) Transferências do ativo imobilizado e circulante para o intangível.

14. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	<u>Indexador</u>	<u>Taxa de juros ao ano - %</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Exterior				
Financiamento de importação	US\$	5	2.510	3.422
Nacionais				
Financiamento de importação		7,44	1.734	5.928
FINEP	TJLP	5 + equalização	-	4.758
Capital de giro	CDI	3,3 e 5,83	4.063	8.692
Cessão de recebíveis		4,18	11.640	-
			<u>17.437</u>	<u>19.378</u>
			<u>19.947</u>	<u>22.800</u>
	Circulante		12.522	22.800
	Não Circulante		7.425	-

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro de 2020:

		<u>2020</u>
<u>Vencimento das parcelas do não circulante</u>	<u>Em moeda nacional</u>	<u>Percentual</u>
2022	4.243	57%
2023	3.182	43%
	<u>7.425</u>	<u>100%</u>

(b) Movimentação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do exercício	22.800	26.321
Captação	40.170	25.085
Amortização	(46.408)	(31.065)
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>3.385</u>	<u>2.459</u>
Saldo no fim do exercício	<u>19.947</u>	<u>22.800</u>

15. Debêntures

	2020	2019
Em 1º de janeiro	48.808	68.381
Amortização	(21.230)	(26.223)
Juros	3.705	6.650
	31.283	48.808
Circulante	2.874	19.667
Não circulante	28.409	29.141

A seguir, apresentamos o escalonamento dos vencimentos da parcela não circulante da dívida em 31 de dezembro:

	2020		2019	
Vencimento das parcelas do não circulante	Em moeda nacional	Percentual	Em moeda nacional	Percentual
2021	-	-	19.428	67
2022	11.548	41	9.713	33
2023	16.861	59	-	-
	28.409	100	29.141	100

(a) Terceira e quarta emissão de debêntures

Em dezembro de 2011, a S.A. "O Estado de S. Paulo", na qualidade de emissora, e o Banco Bradesco BBI S.A., como banco mandatário e instituição depositária, celebraram, via instrumento particular de escritura, a terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia adicional real e fidejussória, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. A operação totalizou R\$ 150.000, em uma série única.

As debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros (DI) calculados e divulgados pela CETIP (taxa DI), acrescidos de juros de 2,98% ao ano até junho de 2014 e posterior juros de 2,2% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento (base 252 dias úteis), que se estende até o mês de junho de 2017. Em 2016, houve aditamento ao contrato em que alterou o fluxo de pagamento das amortizações e juros, com vencimento final para junho de 2022, elevou a remuneração de 2,2% ao ano, para 4,11% ao ano, constituiu nova garantidora a OESP Empreendimentos e Participações S.A, e estabeleceu novas necessidades de cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*).

Em janeiro de 2018, a S.A. "O Estado de S. Paulo" realizou a 4ª (quarta) emissão de debêntures no valor de R\$ 69.600, destinada à quitação antecipada da 3ª (terceira) emissão e ao reforço de seu capital de giro.

Em 2020 foi feito o primeiro aditamento da 4ª emissão onde foi alterado principalmente o fluxo de pagamentos, definidas regras para pagamentos intermediários, dispensa do cumprimento dos covenants para o ano de 2020 e a remuneração passou a ser de 3,75% a.a.

(b) Garantias - Quarta emissão

OESP Mídia e Transportes S.A. e Agência Estado S.A., na qualidade de intervenientes garantidoras da liquidação das debêntures, obrigam-se solidariamente como fiadoras e principais pagadoras pelo pagamento do valor garantido.

Hipoteca - a S.A. "O Estado de S. Paulo" constitui uma hipoteca em favor dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, sobre imóveis da Oesp Empreendimentos e Participações S.A., localizados na Avenida Professor Celestino Bourroul, 100 e na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55. Em 2020 os imóveis passam de hipoteca para alienação fiduciária.

A Companhia atendeu a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos e financiamentos.

16. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	25.248	23.055
Fornecedores estrangeiros	1.905	3.061
	27.153	26.116

17. Obrigações trabalhistas

	2020	2019
INSS a recolher	1.436	944
FGTS a recolher	941	969
Provisão de férias e encargos	13.144	12.607
IRRF	2.722	3.064
Outras obrigações trabalhistas	4.760	3.798
	23.003	21.382

18. Programa de parcelamento fiscal

Segue abaixo a movimentação de parcelamento fiscal dos dois últimos exercícios.

	2020	2019
Em 1º de janeiro	74	138
Atualização monetária	1	2
Pagamentos efetuados	(64)	(66)
Em 31 de dezembro	11	74
Circulante	11	11
Não circulante	-	63

19. Partes relacionadas

Os saldos de partes relacionadas referem-se principalmente à venda de anúncios, a prestações de serviços e remessas de numerário.

	Natureza	2020	2019
Ativo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	1.347	1.329
Estadão Ventures S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	-	1.709
		1.347	3.038
Ativo não circulante			
APP Media S.A.	Mútuo	1.600	760
		1.600	760
Passivo circulante			
Agência Estado S.A.	Prestação de serviços e remessa de numerário	48.451	38.659
OESP Empreendimentos e Participações S.A.	Remessa de numerário	15.104	24
APP Media S.A.	Prestação de serviços	133	-
		63.688	38.683

Remuneração do pessoal-chave da administração

As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia totalizaram R\$ 3.186 em 2020 (2019- R\$ 2.146).

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário) e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)) no programa de remunerações variáveis. Os benefícios pós-emprego estão relacionados com a previdência privada (contribuição definida - Nota 23). A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios, como licença por tempo de serviço.

20. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas na opinião de seus consultores legais. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(a) Contingências prováveis

Nos casos em que a perda é considerada provável pelos assessores legais, a provisão é estabelecida de acordo com os valores atualizados e são assim demonstradas:

	2020			2019		
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Passivo líquido
Cíveis e lei de imprensa	(2.259)	3.606	1.347	(2.217)	3.595	1.378
Trabalhistas	(8.432)	28.677	20.245	(8.894)	25.162	16.268
	<u>(10.691)</u>	<u>32.283</u>	<u>21.592</u>	<u>(11.111)</u>	<u>28.757</u>	<u>17.646</u>
Parcela circulante	(9.241)	25.442	16.201	(8.882)	20.613	11.731
Parcela não circulante	(1.450)	6.841	5.391	(2.229)	8.144	5.915

Os depósitos judiciais aqui apresentados referem-se aos processos que possuem provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo total de depósito judicial atualizado é de R\$ 25.058 (2019 - R\$29.889).

(b) Movimentação da provisão para contingências

As movimentações são demonstradas a seguir:

	2020	2019
Cíveis e lei de imprensa		
Em 1º de janeiro	3.595	6.437
Adições (baixas), líquidas	11	(2.842)
Em 31 de dezembro	<u>3.606</u>	<u>3.595</u>
Trabalhistas		
Em 1º de janeiro	25.162	24.951
Adições	3.515	211
Em 31 de dezembro	<u>28.677</u>	<u>25.162</u>

(i) Contingências cíveis e lei de imprensa

Representam, principalmente, ações que pleiteiam verbas indenizatórias por suposto dano moral e/ou material.

(ii) Contingências trabalhistas

Envolvem diversas reclamações trabalhistas, principalmente referentes a diferenças salariais e horas extras, responsabilidade subsidiária e outras. O montante registrado como provisão, considerado de perda provável, foi calculado com base no percentual histórico de perdas nos últimos 60 meses.

(c) Perdas possíveis - não provisionadas no balanço

Há processos cíveis e fiscais, cujos valores mensuráveis montam R\$ 128.443 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R\$ 139.734), e para as quais os consultores jurídicos estimam êxito possível.

Os principais valores, envolvidos no montante do consolidado, referem-se a:

- Processos cíveis referentes a terceirização x franqueados - R\$ 36.503;
- A Receita Federal não localizou pagamentos informados na DCTF e gerou auto de infração. Os DARFS não localizados pela fiscalização estavam devidamente recolhidos e localizados pela empresa, a qual retificou a DCTF e apresentou impugnação - R\$ 28.359;
- Impetrado Mandado de Segurança visando questionar a constitucionalidade da Lei 9.979/99, no qual se refere a exigibilidade do imposto de renda retido na fonte, incidentes sobre os contratos de hedge na modalidade Swap, argumentando que no referido contrato, face a ausência de rendimentos, não seria possível a incidência de imposto sobre rendimentos - R\$ 17.502;
- Auto de infração na S.A visando a cobrança de ICMS sobre a publicidade veiculada no jornal *online* - R\$ 13.158;
- Auto de infração de ICMS lavrado na Oesp Mídia, sob a alegação de que a empresa deixou de recolher ICMS no período de janeiro a dezembro/2013, referente a publicação de publicidade no portal ILOCAL - R\$ 10.839;
- ISSQN não recolhido no prazo regulamentar (serviços considerados indevidamente como imunes) - R\$ 4.411;

(d) Depósitos judiciais

São compostos por depósitos para recursos classificados no ativo e referem-se, substancialmente, a causas trabalhistas e de lei de imprensa, que foram depositados judicialmente e consideradas de perda possível ou remota e sobre as quais não foram constituídas provisões.

21. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes no montante de R\$ 17.236 em 2020 (2019 - R\$ 37.865), referem-se aos recebimentos de assinaturas, cujos exemplares ainda não foram entregues, e contratos antecipados de publicidade.

22. Patrimônio líquido

Capital Social

O capital social da Companhia é composto de 1.148.284 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que corresponde ao montante de R\$ 39.282 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 24.178 em 31 de dezembro de 2019). No período foram integralizadas 706.776 novas ações, pelos atuais acionistas, em dinheiro, no montante de R\$ 15.104.

23. Benefício pós-emprego

(a) Contribuição definida

A Companhia, como copatrocinadora do plano de contribuição definida de aposentadoria, contribuiu com R\$ 73 em 2020 (2019- R\$ 66).

(b) Benefício definido

A Companhia concede planos de aposentadoria de benefício definido e em alguns casos oferece também assistência médica. Os custos dos benefícios de aposentadoria e de outros benefícios desses planos concedidos a funcionários e acionistas são determinados pelo método de benefício projetado *pro rata* sobre o serviço e também considerando as melhores expectativas da administração sobre tendências de custo e idade dos participantes.

Os saldos no balanço patrimonial são os seguintes:

Valor presente das obrigações pós-emprego	2020	2019
Acionistas	8.566	9.041
Ex-empregados	5.208	5.637
Total	13.774	14.678
(-) Parcela do circulante	2.117	1.229
Parcela não circulante	11.657	13.449

S.A. "O Estado de S. Paulo"
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor das obrigações é calculado por atuários independentes com base na tábua AT-2000 básica e considera a taxa de desconto de 6,38% a.a. e taxa de inflação de 3,25% a.a.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão	880	1.252
Remensurações atuariais reconhecidas no resultado abrangente, sem considerar efeitos tributários	(382)	(572)
Efeito tributário	130	246
Perda atuarial, líquida de imposto	<u>(252)</u>	<u>(326)</u>
Remensurações atuariais acumuladas reconhecidas no resultado abrangente	<u>66</u>	<u>346</u>

A Companhia opera planos de pensão de benefício definido no Brasil com base no salário do funcionário aposentado.

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Em 1º de janeiro	14.678	15.212
Custo financeiro	880	1.252
Remensurações atuariais	382	572
Benefícios pagos	<u>(2.166)</u>	<u>(2.358)</u>
Em 31 de dezembro	<u>13.774</u>	<u>14.678</u>

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são apenas de perda financeira líquida.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>Percentual</u> <u>2019</u>
Taxa de desconto	6,38	6,46
Taxa de inflação	3,25	3,80
Aumentos salariais futuros	3,25	3,80
Aumentos de planos de pensão futuros	3,25	3,80

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade baseiam-se na tábua de mortalidade pós-aposentadoria AT 2000 Básica.

A análise de sensibilidade da obrigação de benefício definido às mudanças nas principais premissas ponderadas é a seguinte:

Impacto na obrigação de benefício definido

	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	1%	(651)	725
Expectativa de vida	1 ano		

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o período anterior.

Em decorrência de seus planos de pensão de benefício definido, a Companhia está exposta a uma série de riscos, sendo que os mais significativos deles estão detalhados abaixo:

- (i) Risco de inflação - Algumas obrigações dos planos de pensão da Companhia são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações (embora, em muitos casos, existam limites ao nível de reajustes inflacionários permitidos para proteger o plano contra taxas extremas de inflação).
- (iii) Expectativa de vida - A maior parte das obrigações dos planos consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 5,42 anos.

Análise dos vencimentos futuros esperados de benefícios não descontados de planos de pensão e benefícios de saúde pós-emprego:

	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020					
Benefícios de aposentadoria	2.118	1.993	5.146	5.716	14.973

24. Receita operacional líquida

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita bruta		
Vendas e prestações de serviços	358.441	435.660
Deduções de vendas	<u>(48.169)</u>	<u>(67.197)</u>
Receita operacional líquida	<u>310.272</u>	<u>368.463</u>

S.A. "O Estado de S. Paulo"
Notas explicativas da administração às demonstrações
contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Custos e despesas por natureza

	2020					2019				
	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total	Custos	Vendas	Administrativas	Outras	Total
Matéria-prima	(33.887)	(35)	(1)	-	(33.923)	(49.245)	(36)	-	-	(49.281)
Despesas com pessoal	(69.795)	(37.338)	(27.513)	(603)	(135.249)	(77.423)	(38.143)	(21.209)	(1.869)	(138.644)
Serviços de terceiros	(20.220)	(16.811)	(8.367)	-	(45.398)	(21.893)	(14.925)	(13.701)	-	(50.519)
Despesas assistenciais	(1.191)	(889)	1.426	-	(654)	(1.703)	(1.528)	204	-	(3.027)
Promoção e propaganda	51	(18.107)	(312)	-	(18.368)	(38)	(20.683)	(1.048)	-	(21.769)
Promoção e propaganda - permuta	-	(3.120)	(2.606)	-	(5.726)	-	(4.225)	(219)	-	(4.444)
Depreciações e amortizações	(2.496)	(6.300)	(1.661)	-	(10.457)	(2.194)	(6.606)	(1.762)	-	(10.562)
Frete e carretos	(329)	(37.634)	-	-	(37.963)	(513)	(42.739)	(2)	-	(43.254)
Comissões e bonificações	(14)	(6.686)	(109)	-	(6.809)	-	(6.295)	(62)	-	(6.357)
Locação de veículos	(1.555)	(105)	(64)	-	(1.724)	(1.650)	(112)	(49)	-	(1.811)
Aluguéis de edifícios, máq. e equiptos.	(2.304)	(178)	1.044	-	(1.438)	(2.585)	(267)	(196)	-	(3.048)
Viagens	(532)	(152)	(145)	-	(829)	(1.964)	(838)	(302)	-	(3.104)
Comunicações	(692)	(937)	(278)	-	(1.907)	(859)	(925)	(350)	-	(2.134)
Hardware e software	(833)	(1.942)	(2.571)	-	(5.346)	(296)	(2.201)	(3.017)	-	(5.514)
Utilidades (água, luz e gás)	(590)	(4)	(3.736)	-	(4.330)	(679)	(7)	(5.016)	-	(5.702)
Materiais	(346)	(265)	(311)	-	(922)	(417)	(406)	(531)	-	(1.354)
Receitas extraordinárias	-	-	-	301	301	-	-	-	1.638	1.638
Outras despesas e receitas	(13.886)	(10.882)	(2.764)	(3.167)	(30.699)	(15.355)	(12.768)	(2.801)	13.662	(17.262)
Venda de ativo (*)	-	-	(519)	34.495	33.976	-	-	-	-	-
Outras despesas - permuta	-	(609)	-	-	(609)	-	(597)	-	-	(597)
	(148.619)	(141.994)	(48.487)	31.026	(308.074)	(176.814)	(153.301)	(50.061)	13.431	(366.745)

(*) Resultado apurado antes do IRPJ e CSLL, líquido dos impostos totaliza 25.429.

26. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	49	167
Outras receitas financeiras	744	4.540
	793	4.707
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.916)	(8.471)
Outras despesas financeiras	(3.636)	(4.030)
	(8.552)	(12.501)
Variações cambiais e monetárias		
Variação cambial e monetária sobre outros ativos e passivos	(4.132)	(225)
	(4.132)	(225)
	(11.891)	(8.019)

27. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros em 2020 no montante de R\$ 517.651 (2019-R\$ 507.532), considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou suas responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.